Pesquisas e Políticas de Formação de Professores na EPT, no período de 2000 a 2012: reflexões sobre a profissão docente[1].

Cristiane Antunes Espindola Zapelini[2]; Deise Rateke[3]; Richard de Oliveira Rosa[4].

Resumo Expandido

(1) Trabalho executado com recurso do Edital Universal de Pesquisa no. 12/2013/PROPPI, da Pró-Reitoria de Pesquisa/IFSC.

(2) Psicóloga Educacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina/IFSC – Campus Florianópolis, Mestre em Educação - CED/UFSC e pesquisadora do Grupo de pesquisa de práticas pedagógicas interdisciplinares na EPT/IFSC; cristianeantunes@ifsc.edu.br.

(3) Técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina/IFSC – Campus Florianópolis, Mestre em Educação - CED/UFSC e pesquisadora do Grupo de pesquisa de práticas pedagógicas interdisciplinares na EPT/IFSC; deise@ifsc.edu.br.

(4) Estudante do Curso Técnico Integrado em Edificações do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina/IFSC - – Campus Florianópolis e bolsista PIPCIT vinculado ao Grupo de pesquisa de práticas pedagógicas interdisciplinares na EPT/IFSC; bolsista.pesquisa@ifsc.edu.br.

RESUMO: Esta pesquisa objetivou construir referenciais para a prática pedagógica dos docentes por meio do levantamento da produção acadêmica e legal na área da formação de professores para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT). A análise de abordagem qualitativa e quantitativa foi realizada através das pesquisas e políticas sobre a formação de professores na EPT, no período de 2000 a 2012. Levantamos um total de 52 legislações entre leis, resoluções, decretos, portarias e pareceres que balizaram o trabalho pedagógico na EPT. Dos grupos de pesquisa na EPT, levantamos um universo de 203 grupos no Diretório de Grupos do CNPq. Deste universo, encontramos 36 grupos e 134 produções sobre formação de professores. A partir da análise da legislação, concluímos que a formação docente na EPT não tem sido foco das políticas públicas, ou seja, nos últimos 13 anos poucas iniciativas surgiram com relação à implantação de uma política nacional de formação de professores nessa modalidade de ensino. Contraditoriamente, durante os anos de 2000 a 2012, verificamos uma grande demanda de temas transversais e políticas de inclusão que tem exigido diversos conhecimentos dos professores. Nas produções acadêmicas analisadas avaliamos que o tema políticas de formação docente na EPT foi pouco explorado. Nessas produções há uma maior ênfase de temas relacionados a formação docente, prática pedagógica, saberes docentes e trabalho e educação, como possibilidades formativas e de profissionalização docente.

Palavra Chave: Formação docente, Práticas pedagógicas, Educação Profissional e Tecnológica.

INTRODUÇÃO

O tema da Formação de Professores no Brasil, conforme André et. al. (1999), tem início na década de 1990. A temática instigou um aumento expressivo de pesquisas que se concentraram em discutir a formação inicial, a formação continuada, a identidade e profissionalização docente e a prática pedagógica. A autora argumenta que, embora as pesquisas não sejam muito expressivas em termos numéricos, elas tem sido do ponto de vista da abrangência e dos conteúdos investigados, pois cobrem diferentes níveis de ensino, contextos variados, meios e materiais de ensino diversificados. No entanto, mesmo com o advento de políticas educacionais que exacerbam a importância da formação para o trabalho, alguns estudos (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005; MACHADO, 2008) evidenciam que há poucas pesquisas e propostas voltadas à formação de professores para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Esta evidencia suscitou questionamentos sobre os significados da formação de professores na EPT e como se conformam esses processos formativos nos contextos de uma realidade complexa. Dessa maneira, consideramos necessário discutir a formação de professores nessa modalidade de ensino, pois compreendemos que a realidade do trabalho docente é oriunda de diversos campos de conhecimento. Segundo Tardif (2002), os saberes dos professores são plurais porque provêm de diversas fontes como sua cultura pessoal, conhecimentos disciplinares adquiridos na universidade, assim como certos conhecimentos didáticos e pedagógicos oriundos de sua formação profissional, e também no que se pode chamar de conhecimentos curriculares veiculados pelos programas, guias e manuais escolares (TARDIF, 2002). A partir desse contexto surgiu a necessidade de investigar as propostas de formação de professores da EPT, dos últimos 13 anos (2000 a 2012). Isto porque há uma ampliação das demandas hoje presentes no campo da educação profissional e intensidade nas propostas que desafiam o trabalho pedagógico dos professores. Dessa forma, esta pesquisa justifica-se pela necessidade de conhecer os elementos constituidores da prática docente.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada nessa pesquisa foi a análise documental das pesquisas e das legislações que tratam da formação de professores na EPT, no período de 2000 a 2012. Para a análise, privilegiamos uma abordagem qualitativa, mas realizamos um levantamento quantitativo dos indicadores sobre a formação docente na EPT. Referente ao levantamento do marco legal analisamos 52 legislações entre leis, resoluções, decretos, portarias e pareceres sobre as políticas de formação docente no Brasil, de 2000 a 2012. Além das políticas, levantamos também legislações que traziam temas e conhecimentos necessários a formação docente. Destas legislações verificamos quais eram específicas para a EPT e outras da educação básica e do ensino superior que de alguma maneira normatizam a profissão docente nesta modalidade de ensino. Dos grupos de pesquisa na EPT, levantamos inicialmente um universo de 203 grupos no Diretório de Grupos do CNPq, a partir da busca pelas palavras chaves “educação profissional” e “educação profissional tecnológica”. Deste universo, encontramos 36 grupos e 134 produções sobre formação de professores.

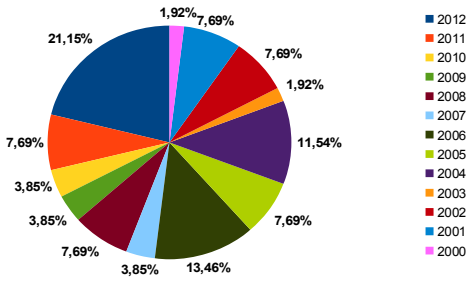
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa versão sobre a produção acadêmica e legal na área da formação de professores para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), objetivando construir referenciais para a prática pedagógica dos docentes. Para tanto, analisamos quantitativamente os dados, verificando o número de legislações sobre a formação de professores no Brasil, o número de grupos de pesquisa, de produções e de pesquisadores, por região e estado, no período de 2000 a 2012.

As pesquisas e políticas sobre a formação docente para a EPT, no período de 2000 a 2012.

Das 52 legislações pesquisadas, entre leis, resoluções, decretos, portarias e pareceres, elencamos 22 que versaram sobre políticas de formação docente e que balizaram a Educação Profissional e Tecnológica. Do universo total, organizadas por ano, obtivemos:

Gráfico 1 - Legislação dividida por Ano

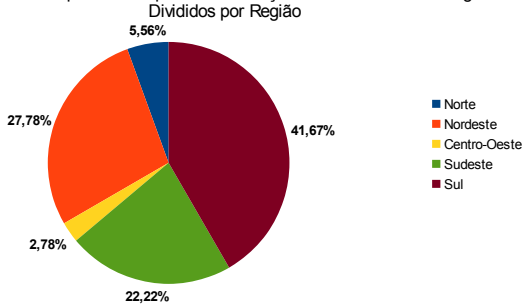


Esse gráfico expressa que entre os anos de 2000 a 2012, sob a utilização do filtro políticas de formação docente, ocorreu uma maior concentração das legislações, quatro (4) no total, no ano de 2012. No

ano de 2012 destacou-se como um importante documento para a formação docente na EPT a Resolução CNE/CEB nº 6 20/09/2012 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de nível médio. Esse documento foi fruto de intenso debate no campo, envolvendo Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), pesquisadores, acadêmicos e profissionais da Rede de Educação Profissional e Tecnológica. Contudo, do universo das 52 legislações pesquisadas e partindo do foco da nossa análise: "formação docente na EPT", destacamos um total de 22 legislações que versaram de forma direta e indireta sobre esse tema. Dada a sua importância, estes documentos apresentam diretrizes, orientam práticas e demandas de formação docente, além de apresentarem concepções sobre a prática e os saberes docentes. Estreitando a análise chegamos a um total de seis (6) legislações que abordaram especificamente a temática da formação docente para os professores da EPT.

Dos grupos de pesquisa na EPT, levantamos inicialmente um universo de 203 grupos no Diretório de Grupos do CNPq, organizados por região:

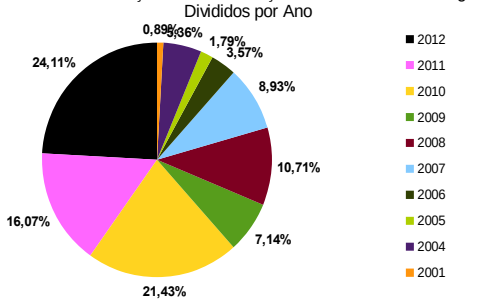
Gráfico 2 - Grupos de Pesquisa em Educação Profissional e Tecnológica Divididos por Região



Deste universo, encontramos 36 grupos da educação profissional, com linhas de pesquisa sobre formação de professores. Na análise realizada sobre os grupos de pesquisa, por região, verificamos que há uma concentração na região sul do país, onde constam 42% dos grupos que estudam a formação de professores na EPT. Na divisão por estado, verificamos que há uma concentração maior de grupos de pesquisa no Rio Grande do Sul, com 22,22%. No entanto, com relação ao maior número pesquisas realizadas por grupos, temos como destaque as regiões nordeste e sudeste, com 37% cada. Na divisão por estado se destacam Minas Gerais, com 19% e Bahia com 14,5%. Com relação aos pesquisadores, as regiões do sudeste e sul se destacam com 32% cada. Na divisão por estado temos Rio Grande do Sul, com 15,56% e Minas gerais com 13,33%.

Com relação as produções encontradas, levantamos 134 sobre formação de professores, categorizadas em teses, dissertações, artigos completos publicados em periódicos, capítulos de livros publicados, trabalhos completos publicados em anais de congressos e livros publicados/organizados em edições:

Gráfico 3 - Produções sobre Educação Profissional e Tecnológica Divididos por Ano



Com relação ao número de produções realizadas por ano, referente ao período de 2000 a 2012, verificamos que de 2000 a 2003 não houve pesquisas sobre formação docente na EPT. No entanto, de 2004 em diante houve crescimento constante, com um número expressivo em 2010 com 24 produções, 2011 com 18 produções e 2012 com 28 produções. Portanto, em termos de pesquisa sobre a formação de professores na EPT, nos últimos 13 anos, mesmo com o aumento nos últimos anos, ainda é incipiente o que se tem produzido nesta modalidade de ensino.

Temas relevantes para a formação de professores na EPT

No decorrer do período investigado as temáticas abordadas nas legislações foram diversas, tais como: Diretrizes curriculares para o ensino médio e educação profissional técnica de nível médio; educação em direitos humanos; educação ambiental; programas de segunda licenciatura; oferta de aulas de língua e cultura japonesa; atendimento educacional especializado; estatuto da igualdade racial; Plano Nacional de Educação; política nacional de formação de profissionais do magistério; obrigatoriedade da filosofia e sociologia no ensino médio; sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB); Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); acessibilidade; Diretrizes curriculares nacionais para a EPT; História e cultura Afro-Brasileira, etc. Sobre essa diversidade de temáticas observamos que os temas relacionados à inclusão, como: educação especial, LIBRAS, história e cultura afro-brasileira, acessibilidade, igualdade racial e nesse mesmo sentido os temas que perpassam por essa temática como a educação em direitos humanos e a educação ambiental têm no teor da lei, ganho relativa importância, contudo os documentos analisados não apresentaram muitas orientações

para o desenvolvimento do trabalho pedagógico e uma proposta efetiva de formação docente visando atender essas demandas. Também destacamos o número significativo da construção de novas Diretrizes Curriculares Nacionais, principalmente na educação básica, evidenciando um movimento de transformação, com novos fundamentos e perspectivas para a educação brasileira.

Com relação aos temas que levantamos nos grupos de pesquisa, elencamos as seguintes categorias que apareceram na nomenclatura dos grupos de pesquisa: Educação Profissional e Tecnológica: 05 Grupos; Educação: 05 Grupos; Currículo, História e Formação Docente: 01 Grupo; Teoria e Metodologia do Ensino Tecnológico: 01 Grupo; Trabalho e Educação: 05 Grupos; Políticas Públicas e Formação Profissional: 02 Grupos; Formação Docente/Formação de Professores/Trajetórias de Formação: 08 Grupos; Qualidade de Vida e Desenvolvimento Social: 01 Grupo; Educação Ambiental: 02 Grupos; Práticas Pedagógicas: 02 Grupos; Formação Integral e Cidadania: 01 Grupo; Educação de Jovens e Adultos: 01 Grupos; Evasão Escolar: 01 Grupo; Integração Ensino, Pesquisa e Extensão: 01 Grupo. Embora sob enfoque diferentes todos os grupos pesquisam a formação de professores na EPT. Além das categorias já citadas encontramos multidisciplinaridade, Interdisciplinaridade, História, Saúde, Sociedade, Estética, Complexidade, Diversidade, Inclusão, Cotidiano Escolar, Preconceito, Comunidades Aprendentes e Educação do Campo. Com relação ao temas verificamos que as políticas de formação docente na EPT não é um tema muito explorado e há uma maior ênfase na relação entre os temas formação docente, prática pedagógica, saberes docentes e trabalho e educação. As categorias indicam que o universo da formação docente na EPT tem sido pensado muito sob o ponto de vista das práticas cotidianas.

CONCLUSÃO

Essa pesquisa buscou analisar a produção acadêmica e legal na área da formação de professores para a EPT, no período de 2000 a 2012, com o intuito de construir referenciais para a prática pedagógica dos docentes. Dessa forma intencionou compreender as concepções sobre as práticas pedagógicas e reconhecer quais conhecimentos foram propostos nas pesquisas e nos documentos legais. Concluímos que a formação docente não foi foco das políticas públicas na EPT, ou seja, nos últimos 13 anos poucas iniciativas surgiram com relação à implantação de uma política nacional de formação de professores nessa modalidade de ensino. Por outro lado, durante o período investigado, verificamos uma grande demanda de temas transversais e políticas de inclusão que desafiam e exigem diversos conhecimentos dos professores e dos demais profissionais da educação. A análise evidenciou que há na legislação um conjunto de concepções sobre educação e o trabalho pedagógico demonstrando que o fazer docente é tecido por uma multiplicidade de saberes e intencionalidades. Portanto, mesmo que no período investigado não se destaque uma proposta específica de formação docente na EPT é possível constatar a presença de orientações e conteúdos que mediados pelos sujeitos configuram-se em conhecimentos e ações concretas para o trabalho pedagógico cotidiano dos docentes. No que tange aos grupos de pesquisa e as produções, o sul do país destaca-se pelo número de grupos com foco na formação de professores na EPT. No entanto, no período analisado, são as regiões nordeste e sudeste que tem apresentado o maior número de pesquisas sobre formação docente na EPT. Verificamos ainda, similaridades entre as temáticas desses estudos e as legislações e que apesar da não expressividade em termos de produções para a EPT elas são pensadas e problematizadas sob o ponto de vista das práticas cotidianas, ou seja, da realidade do trabalho docente.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli et al. **Estado da arte da formação de professores no Brasil.** Revista de Ciência da Educação. Campinas, v. 20, n. (68), 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em: 10 maio 2013.

BRASIL. CNE. **Resolução nº 06 de 20 de setembro de 2012.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido.** Educação & Sociedade, Campinas, SP, v. 26, n. 92, out. 2005.

GATTI, Bernadete Angelina. **Políticas e Práticas de Formação de Professores: Perspectivas no Brasil.** XVI Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino – ENDIPE. Livro 2, pg. 16-32. São Paulo: UNICAMP, Campinas, 2012.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. **Formação de professores para a educação profissional e tecnológica: perspectivas históricas e desafios contemporâneos.** In: INEP. Formação de professores para educação profissional e tecnológica. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. Coleção Educação Superior em Debate, v. 8.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis,RJ: Vozes, 2002.